

James N. Green

APESAR DE VOCÊS

**Oposição à ditadura brasileira
nos Estados Unidos, 1964-1985**

tradução S. Duarte
prefácio Carlos Fico



Copyright © 2009 by James N. Green

título original

**We cannot remain silent — Opposition to the
Brazilian dictatorship in the United States**

capa

warrakloureiro

foto de capa

<completar>

preparação

Cacilda Guerra

índice remissivo

Luciano Marchiori

revisão

Márcia Moura

Veridiana Maenaka

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Green, James N.

Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985 / James N. Green; tradução S. Duarte; prefácio Carlos Fico. — São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

Título original: We cannot remain silent: opposition to the Brazilian dictatorship in the United States

Bibliografia

ISBN 978-85-359-1566-2

1. Brasil — História. 2. Brasil — Política e governo. 3. Diplomacia
4. Ditadura — Brasil. 5. Estados Unidos — História. 6. Estados Unidos — Política e governo. 7. Militarismo — Brasil. 8. Relações internacionais I. Fico, Carlos. II. Título III. Título: Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985

09-11250

CDD-320.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil e Estados Unidos: História política 320.9

2. Brasil e Estados Unidos: História 320.9

[2009]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj.32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

sumário

9 **prefácio**

17 **agradecimentos**

23 **introdução _ Delícias tropicais e câmaras de tortura
ou a imagem do Brasil nos Estados Unidos**

39 **prólogo _ “Era um país subdesenvolvido”**

47 **1 _ Revolução e contrarrevolução no Brasil**

87 **entreato _ “A gente quer ter voz ativa”**

95 **2 _ Nasce um movimento**

123 **entreato _ “Caminhando e cantando e seguindo a canção”**

133 **3 _ O mundo de cabeça para baixo**

161 **entreato _ “Agora falando sério”**

171 **4 _ Em defesa da liberdade artística e acadêmica**

199 **entreato _ “Acorda amor”**

207 **5 _ A campanha contra a tortura**

237 **entreato _ “Vai meu irmão”**

248 **6 _ Os latino-americanistas tomam posição**

273 **entreato _ “Podem me prender, podem me bater”**

278 **7 _ A Organização dos Estados Americanos
e os direitos humanos**

307 **entreato _ “Fado tropical”**

317 **8 _ Questionamentos no Congresso**
344 **entreato _ "While my eyes go looking for flying saucers in the sky"**

351 **9 _ Denunciando a ditadura**
391 **entreato _ "Navegar é preciso"**

394 **10 _ A oposição vai ao teatro**
423 **entreato _ "Quem é essa mulher?"**

431 **11 _ Retorno à democracia em câmera lenta**
472 **entreato _ "Amanhã há de ser outro dia"**

478 **conclusões _ O que faz a diferença**
489 **entreato _ "A Rita levou meu sorriso"**

495 **notas**
539 **bibliografia**
559 **créditos das imagens**
560 **índice remissivo**

introdução

DELÍCIAS TROPICAIS E CÂMARAS DE TORTURA OU A IMAGEM DO BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS

**As chuvas vão aumentando. Em breve tudo
fica encharcado. Os riachos crescem
na floresta primeva. O barulho da chuva está
por toda parte. Precisamos voltar. Haverá
canibais por aqui? Para nós, são amigos gentis.**
Harald Schultz, “Índios das trevas da Amazônia”,
National Geographic, maio de 1964

Para os norte-americanos que atingiram a maioridade durante a Segunda Guerra Mundial, Carmen Miranda personificava o Brasil. Sua personalidade efervescente, as ricas fantasias, as sandálias de salto plataforma de quinze centímetros, os balangandãs chacoalhantes e os adereços de cabeça com turbantes e cestas de frutas projetavam a imagem de uma artista esfuziante e descontraída vinda de um exótico paraíso tropical. “Embaixadora do Brasil” nos Estados Unidos, ela representava esse país de dimensões continentais como um lugar cheio de gente feliz que se entregava a eternas festas de Carnaval em um Éden sul-americano. No final da década de 1950, o filme franco-brasileiro *Orfeu negro* deslocou para as favelas dos morros cariocas a imagem internacional do Carnaval brasileiro. Carmen Miranda era branca, de origem portuguesa, embora suas plateias norte-americanas possam tê-la visto como uma mulher latina exótica, um tanto diferente do ponto de vista étnico e racial. O elenco de *Orfeu negro*, no entanto, era inconfundivelmente de origem africana e apresentava uma face diversa do Brasil. Baseado em uma versão romântica da lenda de Orfeu e Eurídice, com pulsações rítmicas do Carnaval entremeadas no enredo, pode-se afirmar que *Orfeu negro* foi o filme que mais plasmou as visões internacionais do Brasil no século XX.¹ As deslumbrantes imagens da baía de Guanabara tomadas do alto dos morros a seu redor e uma faixa musical mágica também apresentaram os espectadores europeus e norte-americanos à bossa nova, um novo estilo musical, retratando um país no qual as tensões raciais não pareciam estar na base das interações cotidianas. Em *Orfeu negro*, o Rio de Janeiro (e por extensão o Brasil) é uma terra lírica de panoramas surpreendentes, alvoradas majestosas e novamente, um povo amante das diversões.

Em meados da década de 1960 uma bela jovem da praia, de classe média, personagem central da canção “Garota de Ipanema”, juntou Carmen Miranda e os habitantes de pele escura das favelas do Rio de Janeiro em uma atraente imagem de sexualidade tropical idealizada. Para o público norte-americano dos filmes de viagens, das fotos de página dupla da *National Geographic* e dos artigos populares sobre o Brasil, a imensa selva amazônica, índios incivilizados e isolados e festividades desregradas e lascivas do Carnaval proporcionavam o constante pano de fundo para a imagem do país.² Com uma garota de

Ipanema “coisa mais linda, mais cheia de graça”* sambando em primeiro plano nas areias ardentes do Rio, a bossa nova trazia a essa fantasia um fundo musical suave, sincopado, feiticeiro e convidativo.

As mulheres sedutoras e a imensa selva da Amazônia não eram as únicas imagens do Brasil no panorama internacional. O Brasil era, sem dúvida, um país colorido, mas no início da década de 1960 os investigadores da Guerra Fria nos Estados Unidos acharam que estava perigosamente próximo de tornar-se “demasiadamente vermelho”. A vitória do movimento guerrilheiro cubano em 1959 instilou novas energias e rumos às manifestações nacionalistas e anti-imperialistas. No Brasil, líderes de ligas camponesas no Nordeste, setores do movimento estudantil, alguns oficiais subalternos e militares da caserna, ativistas militantes dos movimentos operários e intelectuais de esquerda encontraram juntos inspiração na intransigência do novo regime cubano que se erguia contra a arrogância imperial de Washington na América Latina.³

Uma reviravolta nos acontecimentos políticos causou preocupação especial àqueles que, no Brasil e no exterior, apoavam o status quo político, econômico e social. O presidente Jânio Quadros, político inconstante de tendência direitista, renunciou repentinamente, decorridos apenas sete meses de seu mandato. O sucessor imediato era o vice-presidente João Goulart, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia sido eleito para o segundo cargo na hierarquia devido à separação das chapas. A renúncia de Quadros surpreendeu o país e causou pânico tanto nos civis da direita quanto nos generais, que procuraram impedir que o sucessor, de orientação populista e esquerdista, assumisse a presidência. As manobras políticas de parte dos militares encontraram resistência e fracassaram. Goulart tomou posse segundo um arranjo de compromisso que limitava seus poderes presidenciais.

Os dois anos e meio seguintes representaram uma montanha-russa econômica e política para o Brasil. Goulart promoveu uma série de reformas nacionalistas, inclusive estabelecendo um limite nas remessas de lucros das empresas estrangeiras e promovendo uma reforma agrária modesta. Operários, camponeses, estudantes e a esquerda se mobi-

* No original, “*tall, tanned, young and lovely*”, verso inicial da versão em inglês de “Garota de Ipanema”. (N. T.)

lizaram, exigindo mudanças sociais radicais. Goulart, que era grande proprietário de terras, estava longe de interessar-se em liderar uma revolução socialista no Brasil, mas apesar disso os governos Kennedy e Johnson retiraram o apoio ao governo federal que se encaminhava para a esquerda. Ao mesmo tempo, Washington apoiou financeiramente a eleição de políticos regionais adversários do movimento de Goulart e encaminhou ajuda externa a governadores simpáticos aos interesses norte-americanos.⁴ A inflação disparou e os setores conservadores da classe média, com apoio de uma ala igualmente conservadora da Igreja Católica, mobilizaram-se contra o governo de Goulart. A situação política, cada vez mais polarizada, forneceu as condições necessárias para que as Forças Armadas montassem um golpe militar em 1º de abril de 1964. O presidente Lyndon Johnson estava disposto a intervir diretamente para sustentar os líderes militares insurgentes, mas isso se revelou desnecessário. Operações clandestinas da Central Intelligence Agency (CIA) e do Federal Bureau of Investigations (FBI), gestões diplomáticas do embaixador norte-americano Lincoln Gordon e apoio logístico de parte do Pentágono asseguraram que Washington apoiaria a tomada do poder pelos militares. Em 2 de abril de 1964, mediante insistência de Gordon, Johnson reconheceu o governo provisório. Começavam assim 21 anos de regime militar.

A imprensa norte-americana apoiou quase unanimemente o rápidíssimo reconhecimento dado por Johnson ao novo governo militar e à agenda anticomunista dos líderes do golpe. Os relatos de imprensa deixaram de lado em grande parte as maciças detenções de adversários do regime, considerando a mudança no poder como um “golpe incruento” que evitara uma guerra civil.⁵ As notícias vindas do Brasil deram ao público desinformado a impressão de que o novo governo defendera a democracia contra um ataque comunista. Essa noção nada mais fez do que reforçar o arraigado sentimento público de 80% dos cidadãos norte-americanos que temiam a ameaça comunista em 1964, recorde histórico nas pesquisas de opinião sobre temas de política externa.⁶ Praticamente ninguém nos Estados Unidos protestou contra o golpe militar. Até mesmo senadores que costumavam expressar abertamente suas posições, como Wayne Morse, do Oregon, que já questionara a política de Lyndon Johnson na Guerra do Viet-

nã, elogiou a mudança de regime, descartou acusações de intervenção de parte dos Estados Unidos e negou que os militares tivessem instaurado uma ditadura.⁷ A cobertura de imprensa sobre os acontecimentos políticos no Brasil em breve desapareceu das primeiras páginas de jornais e revistas nos Estados Unidos.

Na primavera de 1974, dez anos depois da tomada do poder pelos militares no Brasil, milhares de pessoas se aglomeraram no Madison Square Garden, em Nova York, para “Uma noite com Salvador Allende”, a fim de protestar contra o *coup d'état* militar no Chile, que ocorreu em 11 de setembro de 1973. A estrela principal da homenagem ao presidente socialista recentemente deposto foi o cantor popular Phil Ochs, além de uma rápida apresentação de Bob Dylan. O público eclético, composto de ativistas políticos e uma variedade de apreciadores de música, emudeceu quando quinze membros do Living Theatre Collective entraram silenciosamente no palco. Vestidos de preto, os atores formaram um semicírculo, sentados de pernas cruzadas na meia posição de lótus, e iniciaram um cântico suave. À medida que os segundos passavam vagarosamente, os sons de seus cantos individuais se misturaram em um zumbido coletivo que silenciou a plateia e fez a atenção concentrar-se na representação de uma pantomima em movimentos lentos. De forma quase imperceptível, um dos atores, visivelmente de origem africana, levantou-se aos poucos e começou a olhar, temeroso, para a esquerda e a direita, com os cabelos em tranças ondulando no ar enquanto a cabeça se movia para cá e para lá, em um pânico aparente. Muito devagar, dois outros atores se aproximaram em atitude ameaçadora. Como se estivessem em um filme em preto e branco a uma velocidade de metade do ritmo normal, os dois homens se lançaram lentamente contra ele, agarraram-no pelos braços e o arrastaram pelo palco. Com uma precisão que lembrava o *tai chi chuan*, golpeararam-no com murros fictícios até que ele deixou de resistir. Os atacantes o despiram e amarraram-lhe as mãos aos tornozelos, passando uma trave de madeira entre as juntas de suas extremidades firmemente atadas, levantaram-no do solo e apoiaram a trave em dois cavaletes, deixando-o pendurado, nu e exposto. Durante vários minutos a plateia assistiu a uma pantomima da execução de choques elétricos no

ânus e órgãos genitais do jovem. Cada elevação da imaginária volta-gem produzida por uma imitação de gerador militar de campanha resultava em convulsões de dor no corpo do ator. Urros de agonia acompanhavam cada administração da corrente elétrica. Após o décimo espasmo, o corpo do rapaz ficou inerte, derrotado.

O acontecimento político e cultural daquela noite fora organizado por conhecidos ativistas contra a Guerra do Vietnã. As prisões em massa de adeptos esquerdistas de Allende, as detenções de centenas de pessoas no estádio nacional do Chile e os relatos de grande número de execuções de esquerdistas chocaram a opinião pública internacional e deflagraram centenas de atividades solidariedade em todo o território dos Estados Unidos. Embora a dramática representação simbólica de tortura de um prisioneiro político naquela noite acentuasse um método utilizado pelo novo regime chileno, o Living Theatre na verdade preparara o drama dessa cena para denunciar a grave violação de direitos humanos que estava ocorrendo naquela época no Brasil.

O Living Theatre havia chegado ao Brasil com certa ingenuidade em 1970, a fim de encenar produções experimentais. No ano seguinte a polícia prendeu seus componentes mediante acusações falsas de posse de maconha e expulsou-os do país. Ao regressar aos Estados Unidos, o grupo se juntou a um incipiente movimento nacional que visava isolar o regime militar brasileiro. Embora poucos tivessem criticado os militares brasileiros quando estes assumiram o poder em 1964, em 1969 um conjunto de acadêmicos, religiosos, exilados brasileiros e ativistas políticos decidiu empregar diversos meios para informar o público norte-americano sobre a situação política naquele país distante e mobilizar uma oposição à ditadura. Como veremos, cinco anos mais tarde haviam obtido um sucesso relativo. Além disso, as estratégias, táticas e abordagens que utilizaram para trazer à baila a questão das violações de direitos humanos no Brasil serviram de base para todo o trabalho semelhante feito no futuro em relação à América Latina nos Estados Unidos. Muitos dos presentes no Madison Square Garden talvez não tivessem uma noção clara da geografia latino-americana e nem mesmo conhecessem detalhes dos fatos políticos que ocorriam ao sul quando uma onda de regimes repressivos chegou ao poder na década de 1970. Não obstante, em 1974 a maioria dos ativistas políticos norte-america-

nos bem informados, especialmente os que se envolviam nos protestos contra a guerra no Vietnã, haviam estabelecido pelo menos uma relação vaga entre o governo brasileiro e suas câmaras de tortura.

Os acontecimentos no Chile ampliaram a sensibilidade às violações de direitos humanos na América Latina. Quase imediatamente após o golpe de 1973, surgiram dezenas de grupos de solidariedade na maioria das principais cidades norte-americanas. Nos anos seguintes, dezenas de milhares de ativistas protestaram contra as medidas autoritárias de Pinochet. Revelações sobre o envolvimento da Casa Branca, da CIA e de empresas multinacionais norte-americanas na desestabilização do governo de Allende simplesmente reforçaram o crescente cinismo que se espalhara durante a Guerra do Vietnã a respeito dos abusos de poder dos formuladores da política externa dos Estados Unidos. Outros golpes militares, no Uruguai e na Argentina, suscitaram preocupações semelhantes sobre o declínio do respeito aos direitos humanos básicos na América do Sul. Pouco depois da chegada de Jimmy Carter à Casa Branca, em 1977, as palavras “prisão, tortura e repressão”, que um público informado anteriormente ligara ao Brasil, tornaram-se sinônimos da caracterização dos regimes militares que tinham assumido o poder por toda a América Latina. No final da década de 1970, os ativistas em direitos humanos já haviam imposto um novo padrão para avaliar a política externa de Washington para a América Latina. Ao longo dos dez anos seguintes, comitês nacionais de solidariedade, com centenas de filiados locais, apoiaram a revolução sandinista na Nicarágua e as rebeliões salvadorenha e guatemalteca, organizaram manifestações de massa, ações pacíficas diretas e outros protestos contra a cumplicidade do governo Reagan com as forças contrarrevolucionárias na América Latina. Segundo um analista, “mais de 100 mil cidadãos norte-americanos se mobilizaram para contestar a principal iniciativa de política externa do mais popular dos presidentes dos Estados Unidos em várias décadas”.⁸

Apesar de vocês surgiu de uma conversa numa conferência da Latin American Studies Association — LASA [Associação de Estudos Latino-Americanos] em 1998. Entre uma sessão e outra, um jovem historiador brasileiro de esquerda falou de sua frustração com o conhecimento

mento bastante superficial dos brasilianistas (como são conhecidos, tanto de maneira afetuosa quanto irônica, os estudiosos norte-americanos do Brasil) sobre a história e cultura de seu país. Além disso, acrescentou ele, pouco tinham feito para opor-se à ditadura militar. Eu sabia que isso não era verdade e durante uma hora conversamos sobre algumas das muitas atividades que este livro documenta. Essa falta de conhecimento das campanhas políticas internacionais levadas a efeito no início da década de 1970 a respeito do Brasil me convenceu a escrever um artigo sobre o tema. Após duas viagens para pesquisa nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) em Brasília, verifiquei que reunira material suficiente para um livro. Quando apresentei partes de minha pesquisa em universidades brasileiras e na Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), também percebi uma impressão geral de grande parte dos intelectuais brasileiros de uma suposta inação de seus correspondentes norte-americanos em reação ao governo repressivo do regime militar. Há vários motivos para que essa impressão seja generalizada.

Em primeiro lugar, quando as campanhas internacionais se iniciaram no final dos anos 1960 e início dos 70, a ditadura censurou os meios de comunicação no Brasil. Notícias esparsas sem dúvida apareceram na imprensa, muitas vezes em forma de editoriais chauvinistas ou diatribes nacionalistas que denunciavam “conspirações comunistas internacionais” para difamar o país. No entanto, a menos que estivessem diretamente ligadas a uma organização clandestina ocupada em disseminar no exterior notícias sobre tortura e repressão, nem mesmo as pessoas mais bem informadas poderiam ter obtido da mídia mais do que uma vaga percepção da dimensão das campanhas internacionais contra o regime. Um segundo motivo pelo qual os brasileiros pouco sabiam a respeito dos esforços em curso nos Estados Unidos contra a ditadura militar deriva do antigo e complexo relacionamento com o gigante do norte. Embora tradicionalmente as elites brasileiras procurassem afirmação cultural na Europa e mais tarde nos Estados Unidos, uma forte corrente antinorte-americana (isto é, anti-Estados Unidos) espalhou-se pelo mundo acadêmico brasileiro nas décadas de 1950, 1960 e 1970, quando perspectivas nacionalistas, anti-imperialistas e marxistas plasmaram as análises macroeconômicas. Muitos, se não a

maioria, dos estudantes que passaram pelas universidades brasileiras durante esse período consideravam os Estados Unidos responsáveis por relações econômicas internacionais desiguais e injustas e pelo subdesenvolvimento existente na América Latina. Os adversários brasileiros do regime militar argumentavam que o governo dos Estados Unidos estivera intimamente envolvido na derrubada de Goulart anos antes que estudiosos tivessem tido acesso a documentos secretos norte-americanos para confirmar essa alegação.⁹

Para os oponentes esquerdistas do regime militar, o imperialismo norte-americano era o inimigo internacional que apoiava diligentemente os generais no poder. Numa atmosfera que desdenhava as políticas norte-americanas em todo o mundo, a maioria das pessoas acreditava que os cidadãos daquele país concordavam com as iniciativas do establishment de Washington no exterior. Embora muitos jovens brasileiros admirassesem a música e a cultura dos Estados Unidos e a mídia desse relevo a notícias sobre as rebeliões sociais e políticas que abalaram a nação, os estudantes politizados e os militantes da ala esquerda em geral englobavam o governo e os cidadãos norte-americanos em uma entidade única que apoiava o status quo no Brasil e na América Latina. Essa apreciação superficial das sutilezas da cultura e sociedade norte-americanas era visível no fato de que a Universidade de São Paulo, na época a principal instituição de educação superior do país, nem sequer oferecia cursos sobre a história dos Estados Unidos. Embora a maioria dos acadêmicos de esquerda considerassem o imperialismo norte-americano como sustentáculo do regime, poucos se preocupavam em estudar a sério um adversário internacional que apoiava a ditadura com tanta dedicação.

As operações clandestinas da CIA na América Latina em nada melhoraram a situação. Na década de 1960, presumia-se em geral que os programas de ajuda externa dos Estados Unidos, como a Aliança para o Progresso, estavam cheios de agentes em busca de informações. Acreditava-se que os brasilianistas, assim como outros norte-americanos que estavam no Brasil, eram pagos pela CIA. Essa ideia tornava difícil imaginar que os intelectuais norte-americanos que estudavam o país fossem capazes de compartilhar muitos dos valores ou perspectivas políticas de seus colegas brasileiros.